

INFORMATIVO

# JURISTAS PELA DEMOCRACIA

ABJD

ARTIGO

## BRASIL EM ENCRUZILHADA HISTÓRICA: SOBERANIA OU SUBMISSÃO NO MUNDO MULTIPOLAR

Mara Carvalho e Alexandre Guedes

Coordenadores da Secretaria de Relações Internacionais da ABJD

*“O Brasil não cabe no quintal de ninguém”  
– (Livro de Paulo Nogueira Batista Jr.)*

No último período acompanhamos um ataque orquestrado à democracia e as instituições brasileiras no seu dever prestacional de atuar conforme os parâmetros de um Estado Democrático e de Direito. Os ataques advêm de uma parcela da elite política brasileira que não está preocupada com os direitos e garantias do povo brasileiro.

Causa surpresa que muitas pessoas, ditas defensoras da pátria, façam manifestações contra as instituições e o governo brasileiro que atua em alinhamento aos interesses da nossa nação. De que pátria falam essas pessoas quando se vestem de verde e amarelo e saem às ruas para pedir anistia de um cidadão que atuou para concretizar um golpe contra o Estado e suas instituições? Que pertencimento tem autoridades ao se deslocarem para os Estados Unidos para desacreditar e atuar contra as instituições no Brasil?

Estamos vivenciando um momento emblemático e importante que expõe os interesses de grupos políticos bolsonaristas que sempre atuaram para destruir o Brasil e agora estão sendo devidamente expostos frente ações publicizadas que ferem o interesse da população brasileira.

Os discursos veiculados em redes sociais de descredito ao STF e seus juízes na relação com a intervenção do atual

presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, elucidam a gravidade do que está sendo feito por grupos ligados à extrema-direita no Brasil, de forma a desenhar uma intervenção ilegal mediante interesses contrários às normas e as intuições do país.

O Governo Trump-II vem perdendo espaço no cenário internacional para os países que integram o BRICS e, como potência imperialista em franca decadência, vem realizando açodada ofensiva contra países soberanos insubmissos, impondo a aplicação, de forma crescente e ilegal, a extraterritorialidade de suas Leis e Ordens Executivas.

Porém o diferencial e melhor referencial internacional na atual conjuntura é o Brasil, punido com 50% sobre a exportação dos seus produtos, o que é ilegal, pois não respeita as normas da Organização Mundial do Comércio (OMC) e estão sendo aplicadas unilateralmente sem qualquer justificativa legal, já que nosso país tem superavit comercial com os EUA. Porém, Tump-II alega que o motivo é a atuação institucional do STF, com a regulação das Big Techs no Brasil, e a punição dos envolvidos na Tentativa de Golpe de Estado de 08 de janeiro de 2023, e da prisão do seu líder, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Diante desses fatos podemos inferir que as Ordens Execu-

tivas de D. Trump-II, são retaliação e vingança dos EUA, devido ao fato do Brasil vir se destacando na liderança do BRICS, da gestão Lula-III ter avançado na montagem de uma Nova Ordem Econômica Internacional, de caráter democrático e multilateral, amparada no princípio “ganha-ganha” e do Brasil vir exercendo sua diplomacia de forma ativa e altiva, garantindo a soberania nacional, amparada nos princípios, Tratados, Pactos, Convenções e Leis que regem o Sistema ONU.

O exemplo do Brasil Soberano é vexatório e preocupante para o Império, pois é um paradigmático precedente mundial e fator determinante para a nossa consolidação como um Player Internacional.

Certamente em decorrência da nossa diplomacia Ativa e Altiva, a soberania nacional será garantida. No entanto, haverá um acirramento dos conflitos de interesses e da luta de classes interna e externamente, em consequência da punição com a aplicação da lei, aos que sempre realizaram e/ou tentaram golpes de estado no Brasil. E a nave vá!

Leia o texto na íntegra em [abjd.org.br](http://abjd.org.br).

# ABJD SEGUE MONITORANDO E REIVINDICANDO PUNIÇÃO PARA GOLPISTAS

Desde o dia 04 de agosto Jair Bolsonaro está em prisão domiciliar, por decreto do Supremo Tribunal Federal (STF) por descumprir medidas cautelares. Réu na AP 2668, responde por tentativa de golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, organização criminosa armada e outros crimes, junto à militares e políticos envolvidos em seu governo, que também estão sob julgamento.

A ABJD segue atenta ao processo de julgamento que pode levar à cadeia organizadores e financiadores da tentativa de golpe em 2023.

Já no Congresso Nacional, após motim golpista orquestrado por parlamentares de extrema-direita que reivindicavam que o Projeto de Lei da Anistia aos golpistas fosse votado, os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal afirmaram que não colocarão a proposta em pauta.

## Anistia não!

Desde março, a ABJD realiza a campanha 'Anistia não! Golpistas na prisão!' que visa pressionar o legislativo e o judiciário a punirem de forma exemplar aqueles que tentaram golpear o Estado Democrático de Direito. A campanha segue ativa nas redes sociais e conta com a participação de juristas comprometidos com a democracia.

## ADPF DA SOBERANIA

A ABJD protocolou no Supremo Tribunal Federal (STF) uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) para barrar omissões do Estado brasileiro diante de sanções econômicas e pressões digitais impostas pelos Estados Unidos e conglomerados tecnológicos internacionais.

A ação tem como um de seus focos centrais a atuação do deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro, acusado de articular, junto ao governo dos Estados Unidos, sanções econômicas e medidas hostis contra autoridades brasileiras.

Segundo a petição, já há provas materiais e indícios robustos de que o parlamentar praticou coação no curso do processo, obstrução de investigação de organização criminosa e tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito. Essas condutas, de acordo com a ABJD, foram decisivas para a imposição do tarifaço de 50% sobre exportações brasileiras, medida que ameaça setores estratégicos da economia e agrava o desemprego.

Saiba mais



[abjd.org.br/noticia/6075](https://abjd.org.br/noticia/6075)

## ABJD REPUDIA A ESCALADA DE ATAQUES EXTERNOS ÀS INSTITUIÇÕES E AOS PODERES BRASILEIROS

Em nota, a ABJD identifica que houve tentativa de interferência ao funcionamento da máxima corte jurídica do país por meio de ataques externos às instituições brasileiras e alerta para tentativas de interferir no STF, enfraquecendo a democracia e a soberania nacional. A entidade manifesta solidariedade a pessoas e organizações sancionadas e reafirma seu compromisso com a defesa do Brasil.

## ABJD ENVIA CARTA ABERTA AO GOVERNO BRASILEIRO PELO ROMPIMENTO DE RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ISRAEL

A ABJD manifestou solidariedade à tripulação da embarcação Madleen, sequestrada pelo exército israelense enquanto levava ajuda humanitária a Gaza. Entre os ativistas estava o brasileiro Thiago Ávila. Em carta, a entidade pede ação do governo brasileiro para garantir a segurança dos civis e pressionar Israel para que encerre o genocídio que comete na Palestina, que tem vitimado principalmente mulheres e crianças.

## PLEBISCITO POPULAR MOBILIZA POPULAÇÃO POR UM BRASIL MAIS JUSTO

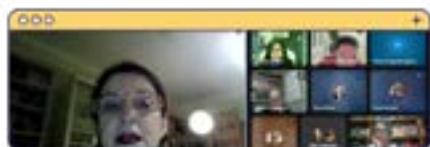
Realizado entre julho e setembro, o Plebiscito Popular Por um Brasil Mais Justo tem sido uma oportunidade de manifestação sobre temas centrais para a justiça social e econômica do Brasil. Entre as questões em votação estão a redução da jornada de trabalho sem redução salarial e o fim da escala 6x1, além da proposta de aumento da tributação para quem ganha mais de 50 mil reais, garantindo que pessoas que recebem até 5 mil reais não paguem imposto de renda.

Somando à movimentos sociais, sindicais e populares, juristas comprometidos com a soberania popular tem organizado o plebiscito, que é uma ferramenta de mobilização democrática que busca ouvir diretamente a população e fortalecer o poder do voto popular.

Em meio a ataques à Constituição e retrocessos de direitos, a iniciativa representa uma resposta coletiva, democrática e pedagógica, permitindo que a cidadania seja exercida desde a base.



## ESCOLA DA ABJD REÚNE JURISTAS PARA REFLETIR SOBRE O SISTEMA DE JUSTIÇA



Nos meses de maio e junho, a Escola da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD) promoveu cursos voltados à reflexão crítica sobre o sistema de justiça e o direito climático. Entre 5 e 19 de maio,

a entidade realizou a formação "Introdução ao direito climático: Noções essenciais e questões processuais", ministrada pela professora Luciana Bauer. As aulas, transmitidas online, abordaram a interseção entre Direito Climático, Direito dos Desastres e Litigância Climática, considerando a transição da matriz energética baseada em carbono para fontes limpas e sustentáveis.

O curso buscou discutir como o Direito pode mitigar e adaptar sociedades diante da crise climática, analisando marcos normativos internacionais e nacionais, a conexão entre desastres ambientais e mudanças climáticas, e o papel da litigância climática na responsabilização de atores públicos e privados.

Já em junho, entre os dias 16 e 26, a Escola da ABJD promoveu o curso "Sistemas públicos de proteção social ao trabalho: relevância para a vida em so-

cidade, limites e possibilidades", organizado pela Secretaria do Trabalho da entidade. Com quatro aulas ao vivo, o curso aprofundou o debate sobre o sistema público de proteção social ao trabalho no Brasil, sua importância histórica, os limites institucionais e os desafios diante da desregulamentação da Constituição de 1988.

Ministrado por especialistas como Magda Biavaschi, Bárbara Vázquez, Marilane Teixeira, Raquel Braga e Paulo Yamamoto, o curso abordou temas como a interseccionalidade nas relações de trabalho, a proteção constitucional do trabalho e os impactos socioambientais relacionados à atividade laboral. Voltado a juristas, pesquisadores, estudantes e sindicalistas, o programa reforça a missão da ABJD de promover formação qualificada e reflexão crítica sobre democracia e direitos sociais.



## QUERELAS DO BRASIL

**Maurício Tapajós e Aldir Blanc**

O Brasil não conhece o Brasil  
 O Brasil nunca foi ao Brasil  
 Tapir, jabuti  
 Liana, alamanda, ali, alaúde  
 Piauí, ururau, aki, ataúde  
 Piaí carioca, porecramecrã  
 Jobim akarore, jobim açu  
 Uô, uô, uô  
 Pereê, camará, tororó, olerê  
 Piriri, ratatá, karatê, olará  
 Pereê camará tororó olerê  
 Piriri ratatá karatê olará  
 O Brasil não merece o Brasil  
 O Brasil tá matando o Brasil  
 Jereba, saci, caandrades,  
 cunhãs, aririnha, aranha  
 Sertões, guimarães, bachia-  
 nas, águas  
 Imarionaíma, ariraribóia  
 Na aura das mãos de jobim-  
 açu  
 Uô, uô, uô  
 Jerê, sarará, cururu, olerê  
 Blá-blá-blá, bafafá, sururu,  
 olará  
 Jerê, sarará, cururu, olerê  
 Blá-blá-blá, bafafá, sururu,  
 olará  
 Do Brasil, s.o.s ao Brasil  
 Do Brasil, s.o.s ao Brasil  
 Do Brasil, s.o.s ao Brasil  
 Tinhorão, urutu, sucuri  
 Ujobim, sabiá, bem-te-vi  
 Cabuçu, cordovil, cachambi  
 Madureira, Olaria e Bangu  
 Cascadura, água santa acari,  
 olerê  
 Ipanema e Nova Iguaçu, olará  
 Do Brasil, s.o.s ao Brasil  
 Do Brasil, s.o.s ao Brasil

## ABJD EM MOVIMENTO

Nos últimos meses, a ABJD esteve presente em diversas frentes de luta e debate. Participamos do Finapop no Armazém do Campo, do Conselho Popular dos BRICS e do colóquio com o presidente de Cuba no RJ. Engajamos-nos no Plebiscito Popular e no ato de 10 de julho em defesa da soberania nacional. Representamos a entidade no Julho das Pretas, na Bahia, com a potente fala da Ministra Vera Lúcia Santana Araújo, e o Núcleo Goiás marcou presença no ato pela soberania na UFG.



**INDIQUE A ABJD PARA UM JURISTA QUE  
DEFENDE A DEMOCRACIA**

ABJD.ORG.BR



## EXPEDIENTE

Informativo Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD)

**Realização:** Secretaria de Comunicação da ABJD

**Diagramação:** Gabriela Guedes

Instagram Facebook YouTube Twitter @ABJDBR

**ABJD**  
Associação Brasileira de Juristas pela Democracia